

SOBRE NÓS:
LEITURAS DA HISTÓRIA,
DO OUTRO E DO VAZIO HOJE

*About us: readings in history,
the other and the emptiness today*

ENTREVISTA COM EDUARDO LOURENÇO

talves@gulbenkian.pt

Fundação Calouste Gulbenkian

DIOGO FERRER

dferrer@fl.uc.pt

Faculdade de Letras / Colégio das Artes da Universidade de Coimbra

Recebido em setembro de 2014

Aprovado em janeiro de 2015

Biblos. Número 1, 2015 • 3.^a série

pp. 245-266

Mais do que uma entrevista, Eduardo Lourenço recebeu a *Biblos*, no seu gabinete na Fundação Gulbenkian, com uma palestra magistral em que, partindo da reflexão, desde sempre presente no seu pensamento, acerca das relações entre Portugal e a Europa, percorre a longa duração europeia e portuguesa, integrando os grandes factores históricos, literários e filosóficos num panorama que frequentemente não dispensa pormenores. Expõe-nos um vasto quadro civilizacional que atravessa, no percurso dos séculos, temas como Portugal e as suas relações, na história e na cultura, com os diferentes países europeus, o problema da identidade nacional através de Gama, Camões ou Pessoa, a navegação e o império, o confronto inaudito com as extraordinárias mulheres e homens do Novo Mundo, a ditadura, o poder do cinema, a actualidade e o futuro, entre o poderio cultural e militar norte-americano, a resiliência do islamismo frente à modernidade, o emergir hodierno da China na cena mundial, mas também o niilismo, o nosso presente com Nietzsche, a vontade, as humanidades, a singularidade do homem e, finalmente, a angústia de uma cultura que apresenta hoje dificuldade com os códigos de leitura do futuro.

O DIÁLOGO QUE NOS FALTA E A DECADÊNCIA DOS POVOS PENINSULARES

Biblos: Parece-me significativo que o texto de abertura do seu primeiro livro, com dedicatória a Miguel Torga, se intitula “A Europa, o Diálogo que nos Falta”. Este tema manteve-se sempre na sua reflexão, e era premonitório de muitos dos temas da sua reflexão desde então.

Eduardo Lourenço: É verdade. “O Diálogo que nos Falta” é um texto de juventude que repercute o ideário implícito de uma certa elite portuguesa desde a geração de 70, senão antes. Como sabe, a geração de 70 é o momento em que os intelectuais daquela época, influenciados pelos acontecimentos na Europa, como a Revolução Francesa, a Revolução de 1848, e com a consolidação do liberalismo em Portugal, tiveram um sentimento de que Portugal e a Península Ibérica eram países europeus, naturalmente, e europeus de velha data, mas secundários em relação à evolução europeia e ao que se pensava ser, e veio

efectivamente a ser, o futuro da Europa. Tratava-se do nosso famoso atraso, não em relação à cultura em geral mas, em particular no que respeita à dinâmica da visão científica, uma menor capacidade de inventar ao nível do controlo e da modificação da natureza, e da descoberta de novas maneiras de vencer os obstáculos da natureza e do mundo. O que propõe a geração de 70 é que os estados peninsulares, quer na ordem política, quer na ordem ideológica, e em todas as consequências no plano cultural se aproximem do ritmo das nações mais influentes da Europa.

Faltava-nos Europa, porque quando a Europa está a fazer a descolagem, que começa na Inglaterra, e em França pouco depois, nós, com uma metáfora própria da época, perdemos o comboio das conquistas científicas, que passaram a ser características do continente europeu, e depois se estendem rapidamente por todo o mundo. Esta crítica interna da cultura portuguesa e peninsular é objecto do texto de Antero de Quental, sobre *A decadência dos Povos peninsulares*. No fundo desta posição estava a convicção de que a nossa paragem relativa se devia ao facto de a Reforma, que representava uma verdadeira revolução, e a subsequente resposta encontrada pelo lado católico, de se ‘guetizar’, a fim de evitar o contágio das novas doutrinas protestantes e que a Europa inteira se tornasse, assim, protestante. Isto não aconteceu porque quer a Itália, quer Espanha e Portugal se tornaram os países da Contra-Reforma. A França, bastante partilhada entre as duas coisas, manteve uma capacidade de diálogo entre estes dois pólos. Esse não foi o nosso caso. Durante todos esses séculos, praticamente até aos começos do Século XIX, invocaram-se sempre os valores católicos, e mesmo a Revolução Liberal, com a sua nova monarquia, manteve sempre grande respeito pelos valores da religião tradicional.

Na verdade, os efeitos desta imitação da Europa na ordem política só são verdadeiramente tomados a sério e só encontram tradução na realidade com a República. Mais de um século depois das grandes modificações que sofre a Europa com a Revolução Francesa e as suas consequências é que os nossos programas, a nossa educação, etc., começam a seguir os exemplos franceses. França era o exemplo fundamental para a nossa europeização, exemplo que imitámos conforme pudemos, nos Liceus, na separação da Igreja e do Estado, e noutros aspectos. Nesse texto sobre “A Europa, o Diálogo que nos Falta”, defendia,

sem especial originalidade, um maior diálogo interno na nossa cultura — que tinha os seus códigos, muito difíceis de criticar e, mesmo criticando-os, de superar de uma maneira positiva — com a Europa.

IMPÉRIO AMERICANO, IMPÉRIO ROMANO E EUROPA

Eduardo Lourenço: Hoje o modelo é o mesmo. Só que não é mais europeu, no sentido mítico e mitificado da geração de 70, mas é agora uma matriz universal, do Ocidente em geral, cujo centro já não está nesta Europa, mas naquela nação chamada Estados Unidos, que são os herdeiros das revoluções Europeias e do Ocidente, de que tiraram consequências de tal ordem em vários domínios, sobretudo na ordem económica e na ordem guerreira, que os impuseram como a nação piloto do Ocidente. Essa nação está neste momento submetida a uma alta prova, nos limites da sua própria hegemonia, porque são hoje, ao mesmo tempo, os senhores do mundo, e estão atolados em conflitos de nova espécie, onde têm grandes dificuldades em manter a hegemonia triunfante — eles, que saíram da Segunda Guerra Mundial dispondo da arma absoluta, a última das armas. E agora têm de gerir essa própria força e esse novo imperialismo de que se reclamam.

Mas aquele texto dirigia-se somente a nós, que fomos sempre europeus, e somos velhos europeus. Na Península Ibérica somos principalmente os herdeiros de várias ordens, da Grécia, por um lado, e do Império Romano, por outro. O espaço ibérico foi o espaço privilegiado do Império Romano, porque foi na Península Ibérica que se decidiram todos os grandes conflitos nos quais Roma esteve envolvida. O combate entre César e Pompeu, a luta contra Cartago, tudo se relacionava neste espaço, muito mais do que na própria Itália. Na verdade, o Império Romano não é sobretudo o Império de uma cidade, de uma cidade cujo modelo, graças às conquistas que foi fazendo pouco a pouco, se constituiu como uma espécie de Inglaterra, uma pré-Inglaterra, que se disseminou nos espaços mais importantes do Mediterrâneo, e que dominou o mundo a partir daí... E nós somos herdeiros dos romanos, falamos uma língua romana. Mas, ao mesmo tempo, recebemos também a herança daquilo que foi a subversão histórica, cultural e linguística desse Império, as chamadas

invasões bárbaras. Somos filhos dessa espécie de luta, desse combate, de um lado entre os vestígios do Império Romano, da sua força e dos seus modelos, valores, referências e comportamentos, e, do outro, os novos modos de ser, poderíamos dizer, a nova vontade de poder dos povos bárbaros, que tinham um outro tipo de referências e códigos. Estes povos ao mesmo tempo subverteram o Império e foram eles próprios se modificando. Somos então filhos dessa mistura de barbárie, por um lado, e de Império Romano, por outro, e isto ainda está inscrito nos nossos países actuais. Questiona-se às vezes ainda onde se é mais bárbaro, ou menos bárbaro... Na França, essa espécie de conflito foi especialmente importante, desde o conflito entre a Roma do César e a Gália, conquistada finalmente por ele, e então romanizada, porque provavelmente a superioridade não era só uma superioridade guerreira, mas uma superioridade de capacidade de organização das cidades, de converter estados que eram propriamente arcaicos em nações de tipo Mediterrânico romano, que deram o seu paradigma àquilo que é a Europa. A Europa é filha disso tudo. Por isso é tão difícil de construir...

A EUROPA, AS NAVEGAÇÕES E A SUA REPERCUSSÃO

Eduardo Lourenço: Mais tarde, quando escrevia a *Heterodoxia II*, ainda não tinha acabado de escrever este livro e já tinha grandes dúvidas de que fôssemos assim tão nulos. Tenho uma grande admiração pela geração de 70 e pelo novo olhar que eles introduzem numa cultura que tinha já o seu olhar orgânico, segundo uma tradição que vem desde a Antiguidade, e que realizou aquilo que se chama a Europa propriamente feudal, que tinha ficado muito prisioneira dessas primeiras grandes realizações de um novo modelo. Este é o modelo de uma cultura que sucede à do Império Romano, filha dele, mas que tem uma outra perspectiva, que é a perspectiva introduzida pelo facto de ser cristã. Somos, por isso, herdeiros do Cristianismo.

Biblos: Há em nós, em Portugal, uma contradição identitária entre Europa e Império. Como é que isso se jogou ao longo dos séculos e actualmente, após o 25 de Abril?

Eduardo Lourenço: O nosso destino particular de portugueses é, de facto, singular porque, se pensarmos bem, nenhuma das nações da Europa com pouco peso demográfico e, conseqüentemente, guerreiro, económico, entre outros factores, desempenhou no mundo um papel tão extravagante e tão extraordinário quanto este pequeno país. Porque não tinham saída... O nosso país vai mudar todo o eixo do que chamamos o Ocidente, cujo centro é o Mediterrâneo, e vai deslocá-lo para o Atlântico. E isto é uma modificação. Portugal estava bem situado, mas não estava mais bem situado do que a Inglaterra, ou a França mais a norte, ou do que a própria Catalunha, que também começou a querer sair do lago do Mediterrâneo para começar a descobrir algumas ilhas, entre as quais Lanzarote. Este era um pequeno país, mas só o empreendimento português teve continuidade. Por um lado, por causa da vontade de evitar que fosse conquistado e integrado pelos vizinhos mais fortes, na altura Castela, depois Castela e Aragão, por outro, por causa do mundo árabe, que era um obstáculo absoluto, contra o qual se tinham formado as diversas nações da Europa desde que os árabes conquistaram uma parte da Europa até Poitiers. Mas como é que saímos desse laço? Essa foi a aposta de um príncipe de origem inglesa — o filho da inglesa, — nosso famoso Infante, que teve a ideia de que Portugal tinha de encontrar uma saída que lhe permitisse não ficar confinado unicamente ao Mediterrâneo. E, por outro lado, também para conhecer esses territórios donde vinham certas coisas misteriosas, com o ouro e outras. Isto levou cem anos. A partir dessa época, o plano de ordem política deste pequeno país foi assim condicionado por esta nova aposta, de querer conhecer os países de África, para o comércio, para o que fosse, numa aventura que durou mais de cem anos até que chegassemos à Índia. E assim começa verdadeiramente a segunda fase da história do país, que terminaria no 25 de Abril.

OS LUSÍADAS, EPOPEIA MODERNA

Biblos: E o facto de Luís de Camões ter mitologizado isso tem uma importância capital?

Eduardo Lourenço: Capital. É verdade que o presente condiciona todas as nossas leituras do passado. Quando Camões escreve *Os Lusíadas*, esses feitos são já

considerados em geral, e mesmo antes dele, por toda a literatura, por todos os livros que são escritos a propósito do que os portugueses vão fazendo ao longo do Atlântico e, depois, da chegada à Índia. Tudo isso modificou imediatamente a nossa imagem junto dos outros países da Europa. Faço muitas vezes notar que quando passaram alguns anos dos portugueses terem chegado à Índia, o embaixador italiano na corte dos reis de Castela — que não era qualquer um, mas uma espécie de grande rival de Maquiavel, chamado Ricciardini — fez uma descrição panorâmica do *status* político, ideológico da Europa, uma espécie de tabela sobre quem era importante e quem não era importante, referiu os países fundamentais, a França, naturalmente, a Inglaterra, a Espanha e outros — a Alemanha não é na altura um estado ainda, porque está dividida em condados — depois de traçar um panorama dos países que contam, acrescenta que ultimamente apareceu um país que chegou à Índia... Ou seja, a chegada à Índia repercutiu imediatamente na Europa como alguma coisa significativa. É claro que o rei de Portugal, com a elite portuguesa da época, percebeu que tinha acontecido qualquer coisa, porque evidentemente a primeira coisa que faz é publicitar-se. E fê-lo com uma publicidade de tipo novo, que não se tinha visto desde a alta Antiguidade: enviar um elefante ao Papa. Essa embaixada foi-se apresentar na ONU da época, que é o Vaticano. Depois, foi preciso ir a Paris ou a Londres para se mostrar, mas naquela época ia-se a Itália, a Roma. Além disso, a Itália está em pleno Renascimento, quer dizer, dotada de uma cultura literária com muito dinamismo, com reflexão, muito atenta a tudo o que se passava, e tudo isso fez repercutir imediatamente os acontecimentos, quer na descoberta da América, de um lado, quer na descoberta da Índia, do outro. A partir daí essa referência ficou sempre ligada a Portugal, e sobretudo quando foi consagrada não só pelos *Os Lusíadas*, naturalmente, mas por toda uma literatura que durante o século ia detalhando [o empreendimento]... O que Camões fez foi traduzi-lo em verso. O problema era mostrar que as coisas que estão já sabidas e escritas podiam ter ainda uma outra versão, que poderia ser comparada às versões míticas por excelência da nossa memória cultural, que era a da Grécia e de Roma. Como se podia fazer alguma coisa que pudesse entrar em competição imaginária e mítica com a *Odisséia*, com a *Iliada*, ou com a *Eneida*? Isto foi Camões. Por isso, nesse capítulo é uma obra já moderna, porque é uma obra ao segundo grau.

É uma obra que tem uma segunda hora, uma outra leitura, como a primeira epopeia verdadeiramente europeia. Porque a Europa só existe vista de fora. A Europa é Roma, é a Grécia, mas não tem olhar exterior... O meu amigo Vasco Graça Moura, grande camonista, poeta, pessoa que admiro muito, tem essa coisa curiosa de pensar que aquela obra seria a mesma se Camões não tivesse feito a viagem à Índia. Custa-me compreender isso, embora perceba o que ele quer dizer. *Os Lusíadas* estão tão impregnados da leitura das grandes obras da Antiguidade que ainda hoje são referência — que pertencem ao cânone ocidental, como diz Harold Bloom — que, de facto, parece uma obra sobre outras obras, e não sobre a realidade dos acontecimentos daquela época. *Os Lusíadas* são a mistura de uma coisa com a outra. Embora na aparência tenha pouca autonomia, Camões vai fazer qualquer coisa que tem uma autonomia nova, uma autonomia própria da obra literária. De algum modo posso dizer isso também de Montaigne, que não é poeta, mas uma espécie de criação do literário novo, porque do vulgar, da vulgaridade das coisas mais triviais, faz uma poética de um tipo novo. Camões faz a mesma coisa, mas ao contrário: reveste-nos de uma túnica romana. Nós somos então os novos romanos do Ocidente, e esta mitologia do romano ainda hoje é viva, só que a túnica já não é nossa. Quem a enverga são os Estados Unidos.

O ISLÃO ONTEM E HOJE

Biblos: Mas será talvez um poema actual também por via da globalização...

Eduardo Lourenço: Naturalmente, é extraordinário. Mas nele há algo de diferente. Como todas as obras que são expressão de conflitos de ordem ética, de ordem histórica, de ordem da vontade de poder e de ordem política, *Os Lusíadas* são uma obra política e ideológica forte. São a Bíblia da cruzada que Portugal leva, ou assume nesse momento, que é uma cruzada contra o Islão. Desde o primeiro canto até ao fim, trata-se de um poema que visa justificar uma luta, que não é uma luta do passado, mas do presente. Uma luta que tinha sido do passado, que era passada, de algum modo. Mas que recomeça, porque quando os portugueses chegaram ao outro lado[ao Índico], tornam a encontrar o Islão, de que tinham um

conhecimento somente um pouco fantasmático e mítico, para além dos que iam aqui a Ceuta. Mas no Mediterrâneo este é um novo Islão, porque tinha entretanto aparecido um campeão credível e incontornável, com a tomada de Constantinopla, e depois, com a Turquia. Antigamente, o Islão era uma coisa dispersa, não tinha centro — como ainda hoje não tem centro, tem uma pluralidade de centros, — mas naquela altura aparece realmente alguém que, durante este meio milénio, tem estado aqui ao lado, como não-Europa... Algumas vezes com relações positivas, e até proveitosas, porque Veneza, por exemplo, é incompreensível sem o relacionamento extraordinário que tiveram com a Turquia. Para nós, no entanto, que estávamos aqui muito longe, o Islão era só uns sujeitos que perturbavam uma minoria que queria viajar a Jerusalém, e tinha de mostrar “patte blanche” aos turcos. Isto durou quinhentos anos, uma impotência total da Europa, já naquela época. Nunca conseguimos nenhuma vitória sobre o Islão. E isto é verdade até à Rússia soviética. O Islão é a coisa mais extraordinária, mais resistente que conhecemos no mundo até aos dias de hoje. Esta é a minha opinião. Também tenho reflectido muito em função desta presença nova do Islão, destas ameaças de um tipo novo, que são reais. Mas trata-se de uma resistência de um outro género, profunda e intrínseca, de uma cultura que se definiu ao mesmo tempo como superação da nossa, enquanto judaico-cristã, e ao mesmo tempo como inimiga. Não é inimiga, porque se a tomarmos à letra, o Jesus do Cristianismo também aparece no Islão como profeta válido, só que superado por um outro. Na verdade, são duas vias diferentes, embora também com coisas comuns, como a concepção de Deus. É que os homens não têm tanta imaginação que se possam dar ao luxo de inventar deuses à vontade, mas a verdade é que contra um Deus cristão complexo, com três pessoas, de difícil compreensão na ordem racional das coisas, a ideia islâmica de um Deus único e simples é mais fácil de aceitar pela inteligência do que aquela de que somos devedores e que informou até há pouco tempo a civilização ocidental. *Os Lusíadas* são pois um livro cruzadístico.

SCHOPENHAUER, NIETZSCHE E A MORTE DE DEUS

Biblos: Mas curiosamente, avançando um pouco, o supra-Camões, mostra algum desprezo pelo simples Camões...

Eduardo Lourenço: Poderíamos traduzi-lo como ciúmes naturais dos poetas, pois não escapam à regra humana... Mas não é só isso. Isso seria pouco. É que, na verdade, Fernando Pessoa, à sua maneira, ou os vários Pessoas, é um dos grandes poetas que interiorizou, e exteriorizou como ninguém a crise profunda de ordem religiosa que assola o Ocidente enquanto tal. Esta crise deve-se ao processo de laicização que o Cristianismo sofre praticamente desde Santo Agostinho até ao Iluminismo, e não só, mas igualmente com aquela gente iluminista muito radical, já ateu num sentido tradicional do termo — não no sentido moderno, — mas gente que, por exemplo, tem o Lucrécio como uma espécie de Evangelho, como uma religião natural, o que ele é efectivamente, ou seja, uma religião tal como os pagãos realmente a conceberam, e não de raiz propriamente judaica, como está na matriz do Cristianismo.

Ora bem, é esta história do nosso Ocidente enquanto Ocidente cristão em crise que foi radicalizada, no Século XIX, da maneira mais fantástica que se pode imaginar, com Schopenhauer, em termos negativos, considerando que o mundo não tem qualquer espécie de sentido, que é uma força, uma vontade pura — embora esta [concepção da] vontade já seja discutível, porque a vontade supõe para nós um espírito que a encarna... Mas, em última análise, para Schopenhauer a coisa em si não é espiritual, é uma força cega e, portanto, nela não pode ser lido um sentido dentro da experiência que podemos fazer do cosmos, do universo. Terá sentido, mas é incognoscível, pelo menos para nós. Em Kant, ela é também incognoscível, mas há as ideias da razão, que são ideias utópicas, aceites como tal para enquadrar uma legibilidade mínima. Ora, Schopenhauer corta essa legibilidade pela raiz, porque passa a ser um mundo que não tem leitura inteligível, e passa a ser uma força cega que é da ordem do inconsciente. Por conseguinte, esta é a ideia de que a realidade profunda não é aquela que a razão pode detectar, e de que o mundo não se presta a esse tipo de interpretação, mas é qualquer coisa que é o fundo da nossa própria incapacidade de ler efectivamente, de uma maneira clara, o mundo em que estamos e, sobretudo, nós próprios. Quem tira as consequências imediatas é Nietzsche, fazendo uma crítica ao Cristianismo que não é de ordem teológica tradicional, como os teólogos fizeram sempre, sobre as dificuldades das provas da existência de Deus, e de mais isto ou aquilo. É dizer que o Cristianismo é

filho do ressentimento, ou seja, de alguém que volta as coisas ao contrário, da fraqueza ingénita, da incapacidade de suportar a única realidade, que é a da vida mesma, e de querer que ela tenha um sentido, e, sobretudo, um sentido transcendente, que nos ofereça uma perspectiva de eternidade. E, como sabe, a resposta de Nietzsche é que não há essa eternidade, mas uma repetição, um *amor fati*, uma espécie de círculo. A mitologia germânica estará por trás desse eterno retorno, quando toda a pulsão oposta de leitura do universo é que este vai para qualquer sítio, que tem um sentido, que é uma finalidade, etc. Nietzsche inaugurou então, com isso, um período — em cujo começo ainda estamos, e não sabemos em que sítio estamos — da morte de Deus enquanto referente, de toda uma cultura que até então discutia Deus ou o seu papel, ou o relacionamento dos homens com Deus, e em que essas coisas passaram a ser tidas como fantasmas da nossa impotência, da nossa incapacidade de aceitar e perceber qual é, de facto, a natureza do real. Portanto, entrámos numa outra coisa. E é por isso que o Ocidente está numa crise profunda. Mas se toda a humanidade partilhasse das ideias nietzscheanas, haveria um liame: todos estaríamos de acordo nessa leitura, de que não se sabe o que se está aqui a fazer, nem nunca se saberá. Ora, há outros que continuam a dizer que sabem, e esse problema não os perturba, como o Hinduísmo e todas as religiões tradicionais, entre as quais se conta o Islamismo. O crente do Islão sabe e considera uma ofensa, e uma ofensa mortal, o sujeito que vem pôr em causa essa história. Matam-se uns aos outros no interior da própria crença, e vêm desafiar o mundo inteiro em função dessa crença que para eles é a leitura sagrada e, ao mesmo, tempo verídica do universo. Assim, nesta confusão, o mundo ainda não é todo ateu, mas também já não é crente como era até praticamente Schopenhauer ou Espinosa.

Mas Espinosa tem uma leitura diferente. Em Espinosa há uma espécie de deificação do universo no seu conjunto, que é Deus ou a Natureza. Toda a gente pode reconhecer-se numa divindade assim, que é todos os seres, a cadeia dos seres que é o todo no seu conjunto, o que podemos chamar de Panteísmo. Panteísmo não é uma falta de Deus, mas Deuses a mais, ou dizer que tudo é Deus, ou divino. Isto enquadra-se perfeitamente numa visão do mundo classicamente pagã. A Antiguidade vivia isso da maneira mais natural do mundo. Até porque provavelmente aquilo que caracteriza o Ocidente é a necessidade de

ter imagens, de ter objetos nos quais essas coisas encarnam, e esta necessidade é um apetite positivo da divindade. Os orientais têm uma visão diferente. As grandes religiões [orientais], sobretudo o Budismo, são a experiência de que a realidade é ilusória. Não esta ou aquela, mas toda a realidade é ilusória, e é ilusória porque nada se detém, porque tudo passa. Há um famoso verso de *Os Lusíadas*, no episódio do Adamastor, que Gôngora repete, onde se lê a degradação de tudo em nada, da realidade, fulminada, em negação: “Que te custava ter-me nesse engano, / Ou fosse monte, nuvem, sonho ou nada?”

CAMÕES E SUPER-CAMÕES

Biblos: O mesmo se encontra exactamente em Pessoa. A sua leitura passa exactamente por esse exacerbar do nada em Pessoa.

Eduardo Lourenço: Por isso me perguntou acerca da *Mensagem*! O que está por detrás da *Mensagem* é uma visão do mundo próxima dessa visão desrealizante.

Biblos: Que em Pessoa é impressionante...

Eduardo Lourenço: Impressionante. “Emissário de um rei desconhecido, / Eu cumpro informes instruções de além, / E as bruscas frases que aos meus lábios vêm / Soam-me a um outro e anômalo sentido”... Isto significa que nunca há o sentido, quer dizer, que nós não o temos... Somos pertença... Somos os leitores que damos sentido, e somos sobretudo capazes de captar o sentido da experiência humana na sua generalidade, [assim parece]: mas não, porque nós próprios estamos numa tal não-existência. A nossa existência é tão fantomática, tão ficcional como aquelas que inventamos, ao segundo grau. O sonho imaginário de Pessoa é um sonho de encontrar uma resposta para uma realidade que, no fundo, é uma realidade nula, sem sentido. Como nos versos em que define o tempo, onde há uma espécie do sentimento da nulidade de tudo, da auto-anulação de tudo. Nesse capítulo Pessoa não é o super-Camões, mas o não-Camões, porque em Camões há uma crença natural da realidade incontornável do que existe. Camões é perfeitamente

ortodoxo no capítulo do conhecimento, na pretensão que teríamos de conhecer a realidade de Deus invisível. E, curiosamente, na ordem da ficção, *Os Lusíadas* são construídos na ideia de que as epopeias antigas são ficcionais, são história, mas que esta vai cantar coisas reais. Aí é que se vê o antagonismo entre Camões e Pessoa. Provavelmente só lhe interessou superar o nosso génio nacional na ordem poética, de ser capaz de uma construção que fosse extraordinária. O que Pessoa faz é uma construção mais adequada ao tipo de experiência humana e colectiva, em que a nossa civilização ocidental se reviu como cada vez mais angustiada.

Biblos: A mais assustadora é a tragédia subjectiva, o *Fausto*...

Eduardo Lourenço: No *Fausto* está tudo. É um poema relativamente de juventude, mas está lá tudo, todas as possibilidades que, de maneira ficcional, propriamente se podem deduzir... Mas este não é um *Fausto* goetheano, não é uma vontade de poder no sentido novo, de uma vontade de poder expressa pela vontade que o homem tem de dominar o universo. Ora, para dominar o universo tem de haver um objecto que justifique essa dominação. O *Fausto* goetheano é, por isso, uma pulsão positiva, uma posição divinizante, auto-divinização do homem, na sua conquista última, de ser rival de Deus. E poder distinguir, na leitura do universo, aquilo que nele releva de forças obscuras, maléficas, ou Mefistófêlicas, etc., principalmente em relação ao próprio destino humano, à única coisa que é real, verdadeira: aquilo que Deus significa, e que Deus é. Pessoa é, portanto, muito mais niilista.

Biblos: Mas Pessoa reflectiu também sobre a identidade nacional, sobre a identidade portuguesa.

Eduardo Lourenço: Transfigurou-a. De um lado, quando se lê de uma maneira desprevenida a famosa *Mensagem*, tudo aquilo parece apenas, à primeira vista, uma espécie de repetição, num outro [registro], da mesma função glorificante das nossas glórias ou dos homens que as exprimiram noutros quadrantes. Portanto, ele retoma praticamente todos, até ao Vieira — que

estava distante de Camões, porque não o conhecia — ele retoma todos, como Afonso Henriques ou Dona Tareja. Todos estes heróis, que estão em *Os Lusíadas*, vão receber uma nova leitura dentro da *Mensagem*. Uma nova leitura sempre com muita originalidade na expressão. Seria impossível, por exemplo, que Camões empregasse, a respeito de Nuno Álvares, “S. Portugal em ser”, ou seja, uma santificação ainda mais profunda do que a simples heroização daqueles heróis que são históricos, verdadeiros. Pessoa começa por glorificar o pré-herói de toda a nossa história, Ulisses. Que é importante por não ter existido. Portanto, o mito “é o nada que é tudo”... Esta é uma leitura diabólica, porque o mito é o verdadeiramente real. O mito é uma espécie de paródia do apetite de divindade. Deus não é mito para a consciência crente, mas a realidade das realidades. Ora, Pessoa institui, como o nosso herói, como o herói por excelência na nossa tradição helénica, o famoso Ulisses que por não existir nos foi criando. E de todos estes heróis, o único que ele não glorifica é mesmo Camões. Primeiro, porque Camões não é efectivamente tão conhecido por ser combatente — embora também o tenha sido, com a espada numa mão e a pluma na outra... Mas mesmo esta glorificação, que ele poderia ter feito, Pessoa passa em silêncio, porque de outro modo a *Mensagem* não podia ser escrita. Já não poderia superar um sujeito que tinha de glorificar, e note-se que isto não é uma coisa do fim de vida, pois é muito jovem que ele teve essa ideia do supra-Camões. Esta não era uma disputa banal, no sentido do comum ciúme dos literatos uns dos outros, mas uma contradição profunda da sua visão do mundo. Ele tinha de matar Camões, como uma outra forma, freudiana, de matar o pai. Mas não o matou realmente porque nesta disputa ele deixa muitos traços na *Mensagem*, ecos dos versos de Camões, como o Monstrengo, o Adamastor, por exemplo. Tudo isto quer dizer que ele leu muito bem *Os Lusíadas*. Ele leu o que é preciso fazer, mas simplesmente estava num outro [registro]. Já não há império para celebrar. O império acabou, e então para ele só há duas realidades, uma que antecede tudo o que podemos conceber, de onde o mundo sai, como se saísse de uma nuvem, e se converte em estátua. Este é o Adamastor. E outra realidade, que é algo por vir, que é esta ideia de um verdadeiro aonde ele quer chegar, a ideia de que mesmo que quiséssemos, não temos imaginação para imaginar aquilo que não existe.

TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Biblos: Isso reflecte um traço importante da situação actual.

Eduardo Lourenço: Sim, um pouco. Antigamente era natural que os homens pensassem que a época deles era um mundo completo, como a vida de cada um de nós, que não temos segunda, por isso ela acaba, é aquela. Portanto, é finita e infinita, ao mesmo tempo. Mas hoje, como nos habituamos a olhar para o fluxo das civilizações como uma espécie de sucessão de mortes que ressuscitam, que se repetem sem cessar, numa visão quase nietzscheana, não podemos passar um atestado definitivo de morte à aventura humana no seu conjunto, quando na verdade a criação literária e artística não vive de outra coisa senão dessa glosa permanente. Não faz outra coisa o cinema americano, que recicla todos esses passados, ocidentais e outros, como se fosse já esgotado o repertório das nossas experiências históricas, e as experiências fossem sempre as mesmas. Este cinema passa-se em cenários que são sempre atestados da nossa morte virtual. Sobretudo os americanos, é curioso. Isto refere-se à potência mais positiva neste mundo, que vive da pulsão do futuro porque, enquanto americanos, não têm nenhum passado que lhes dê que eles estavam lá no princípio do mundo. Estão no fim, ou estarão no fim de tudo, mas vivem sempre com esta ideia dos apocalipses uns em cima dos outros. Nova Iorque já foi destruída umas vinte vezes, e isto no pouco tempo que vivemos, o que não é nada. Um filme que me impressionou muito, já lá vão uns anos, é um onde Nova Iorque é destruída, o que já não era a primeira vez... O salvador era o presidente dos Estados Unidos que, no fim, dá a bênção aos países que os ajudaram, embora tenha sido ele que matou o monstro. A nossa indigência de europeus é tão profunda que, como os garotos, assistimos àquilo absolutamente fascinados. Temos de gramar — desculpe a expressão — toda aquela incrível angústia dos senhores que são neste momento o povo hegemónioc no planeta...

Biblos: Sobretudo culturalmente, pelo cinema.

Eduardo Lourenço: Claro, dominaram o mundo pelo cinema. As pessoas julgam que foi pelo dinheiro, mas não, foi pelo cinema. Também pelo lado guerreiro,

naturalmente, mas, diga-se de passagem, foram os europeus que pediram aos americanos para nos virem salvar. Mas não foi assim que procederam sempre. Os japoneses não lhes pediram nada para irem lá obrigá-los a abrirem os portos. Já em 1855 os americanos andavam numa de imperialismo, no Pacífico. Mas como isso é muito longe, aquilo não nos importou coisa nenhuma. A guerra de Pearl Harbour, mais tarde, é a resposta dos japoneses ao domínio que exerceram sobre eles, de tratá-los de indígenas.

Biblos: Já em Espanha, em 1898, a perda das Filipinas e Cuba é um grande choque para toda a geração espanhola de Unamuno...

Eduardo Lourenço: É claro, a mesma coisa... É a doutrina Monroe, da América para os americanos. São fórmulas a que não ligamos, mas que são verdadeiros programas políticos. Ainda percebo, porque todos os povos o podem dizer, como, por exemplo, Portugal para os portugueses. Ora, o mundo inteiro para a América é que já começa a ser coisa mais difícil de tolerar...

Agora, os Estados Unidos vão-se encontrar pela primeira vez com obstáculos efectivamente mais difíceis de superar. Não é só o mundo islâmico que acorda para desempenhar papéis importantes nessa espécie de luta contínua que, em guerras infindáveis, é a história da humanidade, mas aparece qualquer coisa que tem uma espécie de passado fabuloso, uma estabilidade fantástica, em relação à qual todas as nações do mundo são infantis, chamada China. Já lá estão há quatro mil anos, quietos e calados até há pouco tempo, e nós convencidos que somos os senhores do mundo quando, de facto, aparece agora no horizonte alguém com o qual o Ocidente inteiro se tem de confrontar. Já o faz neste momento, e é interessante e paradoxal imaginar como o equilíbrio, que sempre foi precário para o Ocidente, poderá ser alterado. Este será um equilíbrio extremamente complexo entre a pulsão histórica, económica e guerreira dos Estados Unidos e a China. Não o evitará mesmo o facto de que o nosso tipo de economia tem de ter dois pólos, e ainda que se reclamem de teorias completamente diferentes. É interessante observar como não se trata de uma guerra fria: é uma guerra, nem fria nem quente, mas sem a qual a máquina pararia.

Biblos: É o próprio sistema que a produz.

Eduardo Lourenço: A coisa fabulosa foi os chineses terem inventado algo que nem Hegel poderia prever, com dois sistemas completamente contraditórios, e isso não os impressiona absolutamente nada. No Ocidente, os teólogos e filósofos diriam que isso é uma contradição, que não vai a lado nenhum... Os chineses estão-se absolutamente nas tintas. Percebem que têm de organizar as coisas segundo a sua lógica, e esperam. Já esperaram quatro mil anos, podem esperar mais quatro mil. Lá estarão, mas nós já não estaremos cá para ver...

Biblos: A China é a grande incógnita...

Eduardo Lourenço: Já não estaremos cá para ver... Estou a brincar, mas temos a consciência de que entramos num período que não tem aquela legibilidade que nós atribuíamos às coisas. É que esta legibilidade era somente nossa, de quem pensa, ou pensou — a justo título, porque tinha leituras que as outras potências, que concorriam umas com as outras, não tinham — em função do seu projecto e, logo, lê em função deste, e da sua inteligibilidade. Mas foi provavelmente sempre assim, porque o que eram as leituras dominantes torna-se, a certa altura, leituras comuns. No tempo em que os romanos eram os senhores do mundo, todos os povos, quando entravam em contacto com eles, por mais arbitrariedades ou injustiça que sofressem, a certa altura entravam no diálogo e compreendiam que os romanos tinham uma superioridade na capacidade de gerir as coisas, códigos mais elaborados de relacionamento, leis superiores, etc., e consequentemente a superioridade fáctica tornava-se num lugar-comum. Uma vez que Roma se desembaraçou do seu adversário mortal, Cartago, e dominou durante séculos o mundo ocidental mediterrânico, ninguém achava que esse domínio fosse particularmente insuportável... Porque os romanos tiveram a capacidade fantástica de ao longo de séculos conferirem organização e conseguirem conciliar [o Império]. Se não considerarmos a história da China, que para nós é um mistério, ninguém mais conseguiu organizar o mundo à sua volta de uma maneira tão eficaz. O Império Romano foi desde então sempre o paradigma, o da Inglaterra, o dos Estados Unidos...

O TRATADO “MAIS SURREALISTA DA HISTÓRIA”

Biblos: Nós nunca tivemos essa capacidade, ou de algum modo a tivemos?

Eduardo Lourenço: Somos muito loucos, mas não tanto! Mesmo quando estivemos no nosso auge, tratava-se de uma loucura! Há duas loucuras, uma fáctica e outra propriamente virtual, loucura romanesca. A loucura fáctica foi a que Portugal e Espanha tiveram — embora a Espanha nem tanto, porque era talvez a nação mais importante da Europa naquele momento — porque quando se descobriu a América, logo dois anos depois já estávamos a fazer aquele famoso Tratado de Tordesilhas, dividindo o mundo em dois! A Espanha, apesar de tudo, era um país rival da França e da Inglaterra, mas Portugal era um país que tinha um milhão e pouco de habitantes. Tínhamos, porém, chegado à Índia e conhecíamos coisas que os outros não conheciam. E então fizemos este tratado, que é o mais surrealista da História do mundo, tratado profético, que condicionou uma parte do futuro da humanidade, porque todos aqueles territórios ficaram divididos de acordo com o Tratado. Onde estiveram os espanhóis, durante séculos e séculos não se podia ir para ali, porque estava traçada uma linha. Isto é extraordinário!

Biblos: Recordo uma passagem sua que chama muito a nossa atenção, onde escreve que o Império português é uma “universalidade sem conceito”.

Eduardo Lourenço: Exacto, não havia teoria, foi uma acção fáctica... Para nós, o mais interessante é que, curiosamente, quem vai levar a cabo a nova experiência, a mais importante na área do nosso relacionamento uns com os outros num mundo que é ainda um mundo desconhecido, pouco ou nada conhecido, não foram aqueles povos que já estavam um pouco mais avançados na leitura, e mais críticos em relação à realidade, os franceses, ou os ingleses. Fomos nós e os espanhóis, cuja cultura é uma cultura cristocêntrica. Quando Colombo, por um lado, e nós por outro, no Brasil, encontrámos aquela gente nova, que nós não sabíamos ler, nem ela a nós, verificamos que só tínhamos um código, e o Las Casas faz uma grande troça quando se dão aquelas confusões para saber quem é aquela gente, até ao ponto, principalmente do lado do espanhol, de se

perguntar se os indígenas eram seres humanos ou se, sendo humanos, tinham alma ou não — coisas que já se discutiam na outra Europa... Mas em Portugal ninguém discutiu se alguém tinha ou não tinha alma, isso era coisa impensável, absurda! Esse era um dado fundamental da crença e do espólio cristãos, que não deixava sequer pôr essa questão. Mas, por outro lado, eram controvérsias em que os espanhóis se fixavam. Nós nunca fizemos isso. Enquanto no México e no Perú eram sujeitos que já tinham um código de leitura, e podiam pedir aos intérpretes informações, que estes punham numa árvore para eles lerem, para os índios do Brasil nada havia de semelhante. O mais maravilhoso foi que os portugueses não se admiraram de nada! Ora, isso não acontecia por serem muito sábios, mas, ao contrário, por serem muito ignorantes, de uma ignorância maravilhosa... Acho maravilhoso que não se estivessem a interrogar se aquelas índias que lá estavam, que eles achavam mais bonitas do que as moças do Minho e do Douro, se eram seres humanos ou se não eram seres humanos!

Biblos: O Senhor Professor escreveu que somos D. Quixote e Sancho Pança num só.

Eduardo Lourenço: Sim, os portugueses nunca tiveram discussões como a de Las Casas, João de Sepúlveda e outros teólogos da época, que teve lugar em Valladolid nos meados do Século XVI. Durou anos, e foi inconclusiva. O Imperador teve de intervir porque não se encontrava saída para a discussão. O problema aqui não se pôs, porque embora não deva dizer que o colonialismo nascente era o mais inocente e o mais ignorante possível, a verdade é que teve esse lado positivo, [que a humanidade dos indígenas] não foi contestada de uma maneira teórica pelos nossos teólogos e missionários, embora estes tivessem problemas em interpretar aquela gente nova, com códigos completamente diferentes. Há depoimentos extraordinários, sobre as missas com os índios e as índias todos nus a receberem a hóstia, feitos pelos visitantes que iam inspecionar as companhias dos Jesuítas, quando estes mais tarde se encarregaram de missionar no Brasil. Eles perguntavam [aos indígenas] que efeito lhes fazia aquilo [o baptismo], e eles respondiam da maneira mais humana: olhem, tomamos um banho, é para nós um refresco... Esta é uma adaptação fantástica, e propriamente humana! Ora, os Levy-Strauss fizeram toda aquela teorização

porque perceberam que tinha acontecido qualquer coisa nova, e que, portanto, a nossa tradição estava a ser posta em cheque. Havia tanta coisa ali que podia ser lida, ou negativamente ou positivamente... Num primeiro momento, foi lida positivamente, sobretudo pelo lado dos portugueses, num segundo, porém, quando viram [alguns dos seus costumes,] tiveram de se reciclar, mas a verdade é que a humanidade ocidental, a visão ocidental do mundo foi posta em crise naquele momento — até chegar a Rousseau. Mas nós não a pusemos... O mesmo, contudo, pode ser posto como algo de negativo, ou seja, que não tínhamos o espírito suficientemente filosófico, profético, para tirar dali grandes conclusões. Mas numa certa perspectiva foi uma coisa extraordinária, pois assim se evitaram formas extremas de negação do outro. Extraordinário, não é?

O VALOR DAS HUMANIDADES

Biblos: O tema deste número da revista é o valor das Humanidades. Acho que é um tema que nos deve preocupar a todos.

Eduardo Lourenço: As Humanidades, a palavra o diz... Só têm um defeito, todas as humanidades, como o termo humanismo, porque partimos do princípio, e isso é óbvio, de que as humanidades nasceram do facto de passarmos a nós próprios um diploma da nossa auto-transparência e acessibilidade. E isso é normal, pois se não as humanidades não podiam existir. Mas, na verdade, o problema humano por excelência é a auto-definição do homem. E esta só a história humana pode definir na sua pluralidade. Onde estamos, em que fase estamos, não o sabemos. Por enquanto é assim, há várias tradições que se cruzam, mas a humanização é a ideia de pensar que, efectivamente, o homem tem características, não só naturais, diferentes das outras espécies, mas que entre a humanidade há maneiras de ser humano diferentes umas das outras e, portanto, somos ao mesmo tempo o sujeito e o objecto dessa definição. Todos os estudos que repousam sobre o homem são, ao mesmo tempo, pleonásticos e absolutamente necessários para nos esclarecermos a nós próprios. Mas não porque sejamos o modelo de tudo — que até somos, pois não há outro e, como dizia Protágoras, o homem é a medida de todas as coisas: nós somos a medida

de todas as coisas. Mas que espécie de medida é essa, e o que é que nos autoriza a pô-la? [Para isso temos de saber] qual é o outro sujeito que nos pode inscrever a nós como objecto, porque aquilo que define o homem é que ele não pode ser nem sequer objecto de si mesmo.

Biblos: Esse é o problema, realmente.

Eduardo Lourenço: Esse é o problema. Agora, o humanismo e a humanidade foi o ter instaurado uma certa concepção das capacidades do homem a favor da invenção da filosofia, da ciência, das artes, etc., como aquilo que distingue uma certa maneira de ser humano de uma outra maneira de ser humano, sem que haja uma clivagem que possa remeter o humano para um espécie de supra-humano, divino, ou, ao contrário, para o infra-humano. Nós não temos essa [distinção]... É preciso um Deus, ou Deuses para separarem o que em nós é humano do não humano, pois o que está em causa é a definição do humano. Essa definição do humano é ao mesmo tempo inseparável da consciência que temos do que somos, mas esta consciência é ela própria também histórica, porque nós temos um conhecimento, que é o do nosso próprio passado, temos o saber do nosso passado, mas não conhecemos o fim da nossa própria história. Ora isto é precisamente o que justifica que haja as Humanidades, enquanto preocupação por aquilo que nos distingue do que é o não-humano. No entanto, não somos nós os definidores dessa passagem, nós somos quem se interroga... Mas quem é que nos põe a questão?

Biblos: Muito obrigado, Senhor Professor Eduardo Lourenço.

Eduardo Lourenço: Muito obrigado.

(Entrevista conduzida, editada e titulada por Diogo Ferrer)